

REDEMOCRATIZAÇÃO E EXPECTATIVA: ARTICULAÇÃO POLÍTICA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA PERIFERIA DO RECIFE (1979-1988)

REDEMOCRATIZATION AND EXPECTATION: POLITICAL ARTICULATION OF RECIFE GHETTO NEIGHBORHOOD ASSOCIATIONS (1979-1988)



GEANE BEZERRA CAVALCANTI¹²⁹

Resumo

Este artigo divulga os resultados da dissertação “*Lutas e resistências dos moradores da periferia da cidade de Recife*” e tem por objetivo principal mostrar como as associações de bairro surgiram e ganharam força no cenário político da cidade do Recife. Analisamos sua articulação com o poder público municipal durante o fim da Ditadura Militar e no início do processo de redemocratização do país. Assim como, sua relação direta com os prefeitos e políticos da época, a forma em que foram organizadas administrativamente e sua atuação nas comunidades e na esfera política da cidade. Para compreendermos isso, utilizamos o cruzamento de dados a partir de publicações de livros e cartilhas sobre o tema elaborado pelos órgãos de estudos destes movimentos sociais, assim como os jornais comunitários e os Diários Oficiais da Prefeitura do Recife. A partir das informações colhidas, verificamos como as associações de bairro foram importantes durante a década de 1980 para a inserção dos moradores da periferia na vida política da cidade, ampliando as ações democráticas sem esperar pelas medidas do governo federal.

Palavras-chave: Redemocratização; periferia; associações comunitárias.

Abstract

This paper publishes the results of the dissertation “*Struggles and Resistances of Residents on the Outskirts of the City of Recife*”. The main objective of this paper is to show how the community associations emerged and gained strength in the political scenario of the city of Recife. We analyzed its articulation with the municipal public power during the end of the Military Dictatorship and at the beginning of the country's democratization process. As well as their direct relationship with the mayors and politicians of the time, the way in which they were administratively organized and their role in the communities and in the political sphere of the city. To understand this, we used the crossing of data from publications of books and booklets on the subject prepared by the bodies of studies of these social movements, as well as the community newspapers and the Official Gazette of the City Hall of Recife. From the information collected, we verified how important neighborhood associations were during the 1980s for the insertion of residents of the shantytown in the political life of the city, expanding democratic actions without waiting for measures from the federal government.

Keywords: Democratization; shantytown; community associations.

¹²⁹ Doutoranda em Ensino de História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mestrado em História Social da Cultura Regional. E-mail: geane17@yahoo.com.br.



Introdução

Este artigo é resultado da minha dissertação “Lutas e resistências dos moradores da periferia da cidade de Recife”, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em História na UFRPE. Tem por objetivo mostrar o desenvolvimento das associações de bairro da periferia do Recife, suas reivindicações e articulação junto ao poder público municipal, durante o período de redemocratização do Brasil. As associações de bairro foram fundamentais para a participação dos moradores da periferia na construção da democracia na cidade do Recife.

O período de abertura política, 1978-1985, e a crise econômica geraram uma ansiedade nos brasileiros. Alguns lembravam com saudosismo o curto período democrático anterior ao golpe de 1964, outros não conheceram, como boa parte dos jovens que nasceram durante a ditadura. Mas, no final da década de 1970, e principalmente nos anos 1980, o país exigia uma mudança, mais que isso, queria uma ruptura com o velho estado de exceção. A experiência vivida durante os governos militares mostrou que a situação social do país não havia mudado, quiçá tenha piorado, o crescimento econômico beneficiou poucos, e novamente o país estava em crise, com uma inflação incontrolável que corroía o salário dos trabalhadores. Para quem fazia parte dos movimentos sociais o ressentimento era maior, da crescente conquista do espaço político, durante o início da década de 1960, à repressão, durante os anos ditatoriais, viram suas expectativas por justiça social ruírem. No entanto, os movimentos sociais obtiveram um novo respiro nos anos de abertura política, a partir de 1978, no qual suas expectativas por mudança política foram renovadas, voltando-se para uma democracia com participação popular, focada em mudanças sociais.

Para Koselleck (2006, p. 306) “todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”. Cada momento histórico terá sua expectativa, pois cada um representará uma experiência diferente. Durante a redemocratização, a expectativa dos movimentos sociais era que uma democracia popular no Brasil fosse capaz de resolver os problemas que o país atravessava, desde o mais urgente, como o aspecto econômico, por conta da inflação, como também os velhos problemas e conflitos sociais, como a luta por terra e moradia. Ainda para Koselleck (2006),

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que



não estão mais, ou que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitidas por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiência alheia (Koselleck, 2006, p. 311).

As expectativas durante a redemocratização eram consequências de um conjunto de experiências vividas na fase democrática das décadas de 1950 e 1960, quando houve a organização e fortalecimento dos movimentos trabalhistas no campo e nas cidades, como também da ditadura, durante as décadas de 1960 e 1970, que naquele momento consumia o país através da censura, repressão e crise econômica. Cada indivíduo, ou grupo, possuía sua própria experiência, que era transmitida para a nova geração, formando uma experiência alheia, como nos diz Koselleck (2006). Esta experiência passada, mas também presente, já que “cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos” (Koselleck, 2006, p. 310), agregada com novos elementos, gerou uma expectativa de mudança. O que acontece com a expectativa é algo semelhante com o que acontece com a experiência:

Também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (Koselleck, 2006, p. 310).

A expectativa na redemocratização estava marcada por estes sentimentos, medo, desejo, vontade, mas principalmente, esperança. A inquietude, provocada pela situação política, econômica e social do país, foi o que levou milhões de pessoas às ruas nas manifestações das Diretas Já. As expectativas estavam concentradas na democracia, acreditava-se que ela promoveria as mudanças, para melhor, que o país precisava.

Para a elaboração deste artigo foi realizada o cruzamento das seguintes fontes de pesquisa: jornais comunitários, livros e cartilhas de organizações sociais do período e o Diário Oficial da Prefeitura do Recife. Analisamos a atuação das associações de bairro com o poder público municipal através da sua relação com a gestão do prefeito Gustavo Krause (1979-1982), ainda dentro do contexto da Ditadura Militar, e do prefeito Jarbas Vasconcelos (1986-1988), já no período democrático. Também analisamos como ocorreu o aparelhamento e a organização administrativa das associações de bairro e sua relação com os partidos políticos do período, assim como, quando agiam de forma a contribuir para as ações do Estado e quando agiam de forma opositora a ele. As associações de bairro foram fundamentais para incluir a periferia no processo democrático, a inserindo na



política da cidade do Recife e conscientizando a população de baixa renda sobre seus direitos políticos.

Associações de bairros do Recife durante a gestão de Gustavo Krause (1979-1982): ainda sob a ditadura

O clima de reabertura política estimulou os movimentos sociais a se organizarem, junto à Igreja Católica e outras organizações civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), sindicatos, organizações e movimentos sociais buscaram participar mais efetivamente da redemocratização, sendo uma voz atuante do processo político. Na periferia do Recife, assim como em outras cidades do país, as associações de bairro voltaram a crescer. Algumas são organizadas espontaneamente, devido às reais necessidades existentes nas comunidades; outras são remanescentes do período anterior a abertura política, na maioria das vezes contaram com o apoio da Igreja Católica para permanecerem ativas; muitas associações também surgem a partir das ações promovidas pela Igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, que deram origem as associações de bairros e clubes de mães; outras foram estimuladas por iniciativa da prefeitura, que criava projetos com foco na organização dos moradores e ao mesmo tempo buscava controlá-los.

No Recife, muitas associações de bairro surgiram durante a prefeitura de Gustavo Krause, posto no cargo pelo então governador de Pernambuco Marco Maciel, que o indicou para o cargo em 1979, era o conhecido “prefeito biônico”, pois não chegou ao cargo através das eleições diretas. Ao assumir a prefeitura, elaborou dois projetos voltados para a periferia, o “Levante a mão e defenda seu bairro” e “Um por todos”. A partir deles foi possível a aproximação do prefeito com as comunidades, pois ele chegava a visitar pessoalmente junto com seus assessores as localidades que estavam inseridas no projeto. O interesse do governo em se aproximar dos movimentos de bairro, ainda durante a ditadura militar, era a forma encontrada por ele para organizar e controlar o processo democrático. Assumindo este posicionamento, teriam o controle dos movimentos sociais de periferia, que poderiam se voltar contra a ditadura, já que boa parte havia tomado este posicionamento, além de evitar novas lideranças entre o povo.

Logo o discurso dos movimentos de bairro foi apropriado pelo então prefeito. Temas como participação, conscientização, organização, transformação social, entre outros, passaram a ser recorrentes nos discursos de Krause. Isso fica evidente já na fala que realizou no ato da posse na prefeitura em 1979:



É meu compromisso buscar a melhoria da qualidade de vida, principalmente das populações de baixa renda, porque o bem-comum é o fim maior do exercício do poder. E sua realização implica em atender a todos em razão de suas necessidades. O homem é a medida de todas as coisas e o social, a medida de todas as prioridades.

(...)

É meu compromisso que o povo não me fará pedidos porque me anteciparei na satisfação de sua vontade. Subirei morro, visitarei palafitas, percorrerei avenidas, beberei conhecimento na intuição popular, aprenderei a sabedoria de vivência feita: o governo se fará da cidade para a prefeitura e não da prefeitura para a cidade. O povo é fonte do poder e o governo instrumento de sua vontade (Silva; Amorim; Montenegro, 1988, p. 17).

Observamos que o discurso de Krause engloba os discursos dos movimentos sociais da época, de união comunitária e participação política, enfatiza uma administração pública participativa, portanto “democrática”, mesmo vivenciando uma ditadura. Subir morros e visitar palafitas era a forma de se mostrar como um governo popular. A afirmação do prefeito de que o “povo é fonte do poder e o governo instrumento de sua vontade”, naquele momento, assim como vários outros, mostrou-se ser o contrário, pois, num primeiro momento, serviu como política popular junto à iniciativa das comunidades, por outro, serviu como forma de controle sobre essas organizações.

O projeto “Um por todos” distribuía material para que os próprios moradores fizessem as melhorias no bairro, como muros de arrimo e canais, de forma voluntária, organizando-se em mutirões. O jornal comunitário *A Voz das Comunidades*, produzido pelos moradores do Alto Santa Isabel, divulgou algumas ações produzidas por este programa municipal em alguns bairros do Recife, algumas manchetes eram:

Aterro – A Prefeitura da Cidade do Recife está providenciando o aterro para o setor do Gaiolão. Os moradores já receberam os carros de mão e as pás, através do barracão, para que eles mesmos providenciem o aterro do local.

Um por todos – O povo da Macaxeira prepara-se para realizar o projeto Um por Todos. Sete ruas já estão com suas comissões organizadas: Ida Maria, Anita, Maria Amália, Alves Florêncio, Valdemar Campos, 19 de março e travessa Maria Cândida (Tópicos. *A Voz das Comunidades*, Recife, junho de 1981, p. 3. APEJE).

As notícias mostram a organização do programa e sua expansão, já que novos bairros sempre estavam sendo agregados ao projeto. O aterro na comunidade do Gaiolão foi realizado pelos moradores com a disponibilização do material oferecido pela prefeitura. “O barracão” foi a forma como ficaram popularmente conhecidos os Núcleos de Planejamento Comunitários (NPCs), local administrado pela prefeitura, responsável pelo contato entre o governo municipal e a comunidade. Era responsável pela distribuição



do material para as melhorias estruturais das comunidades, mas também respondia por atividades assistenciais, como cuidados médicos, odontológicos, recreação ou atividades lúdicas (Luna, 2014).

Os barracões concentravam todas as atividades que a prefeitura exercia nos bairros, recebiam as reivindicações e forneciam o material para as melhorias nas comunidades. Dessa forma, a prefeitura também evitava que as mobilizações populares fossem para as ruas por meio de manifestações, já que estas atividades se mostravam como uma maior ameaça ao governo. Com os barracões, a prefeitura podia suprimir qualquer tentativa de protestos, manifestações e passeatas (Silva; Amorim; Montenegro, 1988).

Outra função dos barracões, como já foi visto, era fornecer material para as melhorias estruturais nas comunidades, pois quem trabalhava nas obras eram os próprios moradores, de forma voluntária, ou seja, não recebiam remuneração. Esta situação não agradava a maior parte dos moradores, pois muitos trabalhavam em outros horários e ficavam cansados para depois seguir trabalhando pesado em construções de muros de arimos, canais e calçamento de ruas. No bairro da Macaxeira, em uma reunião sobre o projeto “Um por todos” e um trabalho de melhoria que seria realizado no canal do bairro, que contou com a presença do senador Marcos Freire; após este ter informado que o prefeito teria solicitado uma “bolada em dinheiro” para o projeto Recife, ou seja, para as melhorias nas comunidades, o público presente manifestou-se: “A gente não sabia disso não. Na Prefeitura, para nós aqui, é sempre a mesma cantilena: não tem dinheiro para vocês, não. E o doutor... que esteve aqui outro dia, e foi até xingando a gente, nunca falou disso para a gente”¹³⁰. A surpresa dos moradores era com a divergência da informação, se chegou muito dinheiro para os projetos implantados pela prefeitura, por que a justificativa era de que não tinha dinheiro? A reação dos moradores demonstra a tensão e seriedade com que eles tratavam os assuntos da comunidade. As críticas continuaram:

Alguns daqui aceitaram da Prefeitura o material para fazer um arranjo no Canal. Mas arranjo não é canalização e serviço bem feito”. ‘O povo daqui, pobre, cansado pelo trabalho, mal alimentado, será que pode fazer um trabalho bem feito?’. ‘Querem sugar até as últimas gotas de sangue da pobreza... e nos bairros ricos é o povo que faz estes trabalhos?’. ‘O salário que o povo recebe é salário de fome.’¹³¹

¹³⁰ Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira. Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela, Maio/junho de 1981, p. 07. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>.

¹³¹ Ibid.



Os comentários feitos pelos presentes na reunião são bastante válidos. Arranjo não é canalização, seria algo de fato bem feito? Se havia dinheiro, por que os pobres trabalham de graça mesmo depois de já terem trabalhado nos seus serviços, já que nos bairros de classe média os serviços eram realizados por empresas contratadas e não pelos moradores?

Apesar das queixas colocadas pelos moradores, o encontro na Macaxeira terminou com alegria após Pedro Eurico, outro político presente na reunião, informar que a empresa Othon não incomodaria mais os moradores que ocupavam um terreno reivindicado pela empresa¹³². A questão da posse da terra ainda era a maior preocupação dos moradores de várias comunidades do Recife, que sempre corriam o risco de perderem as suas casas. O movimento “Terras de Ninguém” deu início às desapropriações que ocorreram durante a década de 1980, porém, muitas comunidades ainda tiveram que lutar muito pelo direito de possuir uma moradia.

Observamos que a organização e a pressão popular surtiram efeito mesmo durante um período adverso, de Ditadura Militar. A periferia da cidade conseguiu ser ouvida pela gestão pública municipal, negociou com ela, conseguiu algumas melhorias que a própria comunidade as promoveu. Por outro lado, também fez crítica à gestão municipal, questionando algumas atitudes, como a questão de os próprios moradores terem que trabalhar nas obras. Isto mostra que os moradores dos bairros estavam atentos às manobras da prefeitura.

Gestão democrática e organização das associações de bairro durante a prefeitura de Jarbas Vasconcelos (1986-1988)

A relação entre associações de bairros e as prefeituras do Recife durante a década de 1980 vivia no limite entre a parceria e a crítica. A gestão de Gustavo Krause mostra bem isso, seus esforços de se aproximar do povo e realizar um diálogo mais direto com essa camada da população fizeram com que associações e prefeitura trabalhassem juntas em alguns projetos que visavam a melhoria das comunidades, como o “Um por todos”. O prefeito costumava visitar as comunidades e esforçava-se em ser um político popular.

Em 1982, Roberto Magalhães do Partido Democrático Social (PDS) é eleito governador de Pernambuco, derrotando Marcos Freire do Partido do Movimento

¹³² Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira. Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela, Maio/junho de 1981, p. 09. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>



Democrático Brasileiro (PMDB). Como na época o cargo de prefeito do Recife estava ligado ao governador, Joaquim Francisco Cavalcanti é posto como prefeito da cidade. Com a saída de Gustavo Krause, o novo governo municipal direcionou suas ações para a formação de projetos que atendiam a cidade no geral, não elaborando programas voltados aos bairros. Com isso, o atendimento das reivindicações dos conselhos e associações de moradores ocorreu de forma esporádica, através da pressão popular (Silva; Amorim; Montenegro, 1988).

Com as eleições para prefeito nos fins de 1985, após anos sem eleição durante a ditadura, inicia-se a campanha de Jarbas Vasconcelos a prefeito do Recife, que após um racha com o PMDB, deixa o partido e se filia ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Com o apoio das esquerdas, lideranças populares e setores independentes, Jarbas resgata a Frente do Recife, que serviu de base de apoio à sua candidatura. Segundo Silva, Amorim e Montenegro (1988, p. 21), a vitória de Jarbas nas urnas passou a representar “uma reconquista do poder pelas forças populares”, deixando como desafio ao novo prefeito “pôr em prática a relação poder popular e poder público”. A democracia aqui foi utilizada pelos populares para conseguir um governo que os ouvisse mais e abrisse mais espaços de participação política. Neste caso, a ação democrática serviu como arma dos mais fracos para combater os interesses dos mais fortes. O prefeito prometeu construir um mandato com participação popular e respeitando os movimentos sociais.

A Frente Popular do Recife, liderada por Jarbas, apresentou-se durante a campanha eleitoral com um projeto de realização de um governo democrático, transparente, abrangente e popular:

Democrático: as comunidades serão integradas na administração da cidade, coparticipando e fiscalizando [...]; Transparente: a prefeitura abrirá canais de comunicação com a população, de tal forma que todo cidadão possa acompanhar sua prestação de contas; Abrangente: [...] será desencadeado um processo permanente de atendimento das imensas carências da população; Popular: a integração da grande massa de necessitados ao processo político-administrativo [...] será a tônica da administração da Frente do Recife (Luna, 2014, p. 140).

Com o discurso de ampliar a democracia municipal, abrindo espaço para a participação popular, o governo cria o programa Prefeitura nos Bairros. Este tinha como objetivo levar equipes da prefeitura (prefeito, secretários, dirigentes de empresas e de funções municipais e assessores) para os bairros e assim discutir com os moradores as obras mais urgentes e as ações a serem tomadas pela prefeitura na localidade (Silva; Amorim; Montenegro, 1988).



O projeto Prefeitura nos Bairros foi lançado no dia primeiro de março de 1986 com o encontro entre o prefeito Jarbas Vasconcelos e secretários da prefeitura na comunidade do Ibura. O encontro ocorreu na Escola Maria Sampaio de Lucena. Também participaram do primeiro encontro representantes das comunidades do Jordão, Dois Carneiros, Lagoa Encantada, Vila do Sesi, Tancredo Neves e dos Milagres, Três Carneiros, Ibura de Baixo e Jardim Monte Verde. O encontro também contou com a participação de atrações culturais. Segundo o titular da pasta da coordenação, José Alindo Soares, os encontros com as comunidades aconteceriam mensalmente e o mais importante no projeto era a “participação do movimento popular nas decisões da atual administração, de forma coletiva, organizada e ampla das suas entidades e grupos sociais, descentralizando as ações e decisões do prefeito do Recife”¹³³. Um dos resultados da reunião foi a criação de um mutirão de barreiras, para conter os deslizamentos de terra.

Em maio de 1986, o Diário Oficial da cidade do Recife divulga outros encontros que ocorreriam no bairro da Boa Vista, no Colégio Municipal Reitor João Alfredo, com participação dos representantes dos bairros da Boa Vista, Ilha do Leite, Bairro do Recife, Santo Antônio, São José, Santo Amaro, Soledade, Paissandu, Coelhos, Ilha Joana Bezerra e Cabanga. A notícia ainda diz que, no momento, a prefeitura estava analisando as reivindicações feitas em uma plenária anterior, na qual se reivindicava para o bairro da Boa Vista a ampliação do mercado público, segurança, saúde e educação. Já as reivindicações dos bairros de Joana Bezerra, Coque e Ilha Santa Terezinha eram: limpeza urbana, pavimentação de ruas, transporte coletivo, iluminação, terraplenagem, creche, serviços de telefone, áreas de lazer, abastecimento de água e um centro cultural¹³⁴. Estes bairros eram uns dos mais pobres da cidade (e ainda são), com pouca ou nenhuma infraestrutura, por isso a grande quantidade de reivindicações.

A prefeitura chegou a realizar algumas obras nas comunidades, fruto das discussões feitas nas reuniões. Drenagem, construção de canais e pavimentação foram algumas das reivindicações contempladas¹³⁵. A maior parte das obras nas áreas de morro

¹³³ “Jarbas inicia no Ibura o ‘Prefeitura nos Bairros’”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198602&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

¹³⁴ “Jarbas despachará no bairro da Boa Vista”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 16 e 17 de maio de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198605&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

¹³⁵ “Jarbas inspeciona obras pedidas pelas comunidades”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em:



foram realizadas no Bairro de Casa Amarela, maior bairro e mais populoso do Recife naquele momento. Os moradores faziam o acompanhamento e fiscalização das obras através de um calendário estabelecido após reunião com a prefeitura.

Logo no primeiro ano de programa a prefeitura recebeu quarenta e oito documentos contendo as reivindicações de mais de 70 entidades do bairro de Casa Amarela, com a alegação de falta de recursos nem tudo foi atendido. Porém, a prefeitura procurava enfatizar a participação popular que estava ocorrendo na administração pública. O prefeito Jarbas Vasconcelos defendia esta posição, segundo ele, “nenhuma decisão é tomada dentro da prefeitura sem que passe por um amplo debate” (Luna, 2014, p. 145). Esta participação popular na administração municipal era algo a ser valorizado de fato, mesmo que nem todas as reivindicações estivessem sendo atendidas, pois fortalecia a democracia e contribuía para o maior engajamento comunitário dos moradores das periferias, tendo ainda em vista um passado sem muita abertura e sem diálogo entre gestão pública e comunidade. O projeto Prefeitura nos Bairros permaneceu durante o ano de 1987 e 1988, atingindo todos os bairros da cidade do Recife.

O governo Jarbas também procurou rever o Projeto Recife, elaborado durante a prefeitura de Gustavo Krause, a nova proposta era torná-lo menos burocrático e mais participativo. O novo projeto envolvia macrodrenagem (canais, rede viária, projeto de educação sanitária, emprego e renda). Após os acertos e ajustes, o projeto foi discutido numa grande plenária com as associações de bairros, onde foi comentada a complexidade do projeto¹³⁶. Alguns participantes criticaram o pouco tempo de discussão sobre o tema, o que preconizaria o debate e a participação popular.

Apesar das reuniões e propostas serem discutidas diretamente com a população, alguns líderes comunitários se queixam de que as reivindicações não estavam sendo atendidas, e colocavam o novo governo eleito nas mesmas condições de outros anteriores, que prometiam e não cumpriam¹³⁷.

Contudo, comparando as duas gestões municipais, a de Gustavo Krause e Jarbas Vasconcelos, vemos que o prefeito eleito procurou corresponder às expectativas do seu eleitorado, já que contou com a ampla votação dos eleitores da periferia, inaugurando uma gestão de proposta popular que dialogava diretamente com os representantes das

http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198607&PagFis=538&Pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

¹³⁶ “Projeto Recife é discutido”. *Folha dos Bairros*. Janeiro/fevereiro de 1987. p. 3. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em: 15 out. 2016.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 23.



comunidades. Já a prefeitura de Gustavo Krause, apesar de possuir uma proposta popular, sua política também servia de manobra para obter o controle das organizações sociais, isso foi perceptível para os moradores das periferias do Recife, já que os órgãos municipais tinham o controle sobre os barracões.

Aparelhamento das associações de bairro do Recife durante a década de 1980

A organização popular dos movimentos de bairro estimulou, em 1982, a formação de uma sociedade civil sem fins lucrativos que tinha por objetivo a assessoria aos movimentos de bairro da Região Metropolitana do Recife (RMR), era a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social – ETAPAS (Silva; Amorim; Montenegro, 1988, p. 11). A ETAPAS foi responsável pela realização de estudos e pesquisas com as associações de bairro procurando observar de que forma elas estavam organizadas, quais eram as reivindicações mais emergenciais, como estava sendo a relação entre associações e prefeitura, e procurava se relacionar com as comunidades através do jornal Folha dos Bairros, de produção mensal. A partir do levantamento elaborado pelo órgão, em 1986, foi possível conhecermos a forma em que as associações estavam organizadas e suas características. Aqui comentaremos alguns desses dados levantados pela ETAPAS.

A maior parte das associações de bairro do Recife surgiu entre os anos de 1978 e 1982, período de abertura política, quando o governo do Estado e o prefeito reconheceram as pressões populares e procuraram criar canais de diálogo com elas. Porém, apenas 5,56% das associações entrevistadas afirmaram terem surgido com apoio político. Vejamos o quadro abaixo:

COMO SE DEU A CRIAÇÃO DA ENTIDADE

Alternativa	Frequência	Percentual
Reivindicações de melhorias urbanas/ equipamentos sociais	53	58,89%
Grupo de trabalhos (atividades educativas/ profissionais/promocionais/ religiosas)	18	20,00%
Comitê eleitoral	3	3,33%
Posse da terra	2	2,22%
Atividades recreativas e lazer	6	6,67%
Remoção/ desfavelamento	7	7,78%



Projetos da prefeitura no período 78/82	5	5,56%
Outros	10	11,11%
Não sabe/ não respondeu	2	2,22%
Total de entrevistados	90	100%

O quadro nos mostra que mais de 50% surgiram de forma espontânea, a partir da

Fonte: Pesquisa direta – ETAPAS, set./86. Nota: respostas múltiplas *apud* SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro:** Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988. p. 69.

organização dos moradores entorno das necessidades do bairro. Já 20% foram formadas através de grupos de trabalhos, que envolviam atividades educativas, profissionais e religiosas.

Outros dados contidos nessa mesma pesquisa é que 85,56% das associações de moradores possuem um estatuto próprio. Entre estas que possuem, 87,01% discutiram com os moradores sua aprovação. Isto garante o espírito democrático das associações, com ampla participação da comunidade. Com relação ao gênero dos líderes e membros das associações, em 75% delas, a maior frequência de participação é de mulheres. A mulher, além de trabalhar fora, é a responsável pelos cuidados da casa e dos filhos, logo, a falta d'água atrapalha suas atividades domésticas, com água encanada o trabalho de lavar roupas, pratos e outras atividades se tornariam mais fáceis, ela é quem mais sente falta de escolas e creches para os filhos ou do posto de saúde para sua família, por isso ela sente mais a falta de infraestrutura na comunidade em que vive e é quem mais reivindica e mostra interesse pelos problemas do bairro. Apesar disso, as mulheres ocupavam em apenas 22% das associações o cargo de direção, portanto 78% dos líderes comunitários eram homens. Mesmo assim, duas grandes organizações voltadas para os bairros, a Federação Metropolitana de Bairros do Recife (FEMEB) e a Federação das Associações e Conselhos de Casa Amarela (FEACA), eram presididas por duas jovens mulheres, Iêda Ventura e Edna Teotônia.

As associações de bairro estavam organizadas em: diretoria, formada pelo/a presidente e vice; secretário/a e tesoureiro/a; algumas possuíam uma comissão organizadora, na qual o coordenador assumia as atribuições do presidente e “realiza contatos com as instâncias do poder público” (Silva; Amorim; Montenegro, 1988, p. 30). Cerca de 74,44% das associações possuíam uma diretoria que já havia exercido o cargo anteriormente, sendo apenas 25,56% ocupadas por uma nova direção, o que nos mostra que havia pouca renovação de lideranças comunitárias, seja porque não apareciam novos



líderes ou pelo fato de que os mais antigos não abriam espaço para novas lideranças, monopolizando as direções das associações. Com relação à tomada de decisões das associações de bairros, cerca de 67,78% as tomavam por meio de assembleias, com a participação dos membros da comunidade, enquanto 31,11% quem as tomava era a diretoria. Em 95,89% realizavam eleições para a escolha da diretoria, destas, 60,27% escolhiam os dirigentes através do voto direto, e 35,62% por assembleias.

Em um período de redemocratização, no qual depois de anos a população pôde realmente eleger pelo voto o prefeito da cidade e o governador do estado, sendo que ainda não se podia votar para a presidência da república, a população carente já estava se acostumando ao processo democrático a partir das eleições das associações de bairro.

Movimentos de bairro e política: cooperador ou opositor do Estado?

Os movimentos sociais, principalmente os de bairro, possuem uma relação bastante estreita com a política e com o Estado, afinal, o que motiva sua existência é a falha do Estado em assegurar os direitos básicos dos cidadãos, especialmente os mais pobres. A mobilização das organizações de bairro procura o Estado para que este cumpra o seu papel de garantir o bem estar comum a toda população, não almeja um Estado paternalista, mas sim um Estado democrático, no qual os mais desprovidos também possam participar (Ammann, 1991). Assim, o Estado será, “através dos seus diversos órgãos, (...) um interlocutor permanente e o palco privilegiado onde se digladiam os interesses diversos e diferenciados do movimento popular urbano” (Silva; Amorim; Montenegro, 1988, p. 25).

Desta forma, os movimentos sociais, ao agirem junto com a população, sendo um veículo de conscientização, ampliam a cidadania iniciada a partir da formação de uma identidade comunitária, ela primeiramente é exercida nos bairros, depois se expande até atingir a esfera pública e política. Os populares não só buscam a cidadania como também ajudam a construí-la.

É através das mobilizações por reivindicação de infraestrutura coletiva que os movimentos de bairro firmam seu espaço político. As passeatas, confecções de faixas, a ocupação dos espaços políticos (Câmara dos Vereadores; Palácio do Governo; Assembleia Legislativa e as ruas) são as táticas encontradas pelas associações de bairro para pressionar o poder público e ganhar visibilidade política. Esta ação independente dos políticos tradicionais fez com que 67,78% das associações e conselhos de moradores, durante a década de 1980, tivessem surgido sem interferência de partidos políticos (Silva; Amorim; Montenegro, 1988). Este é um dado considerável, já que o fato de serem



autônomas fez com que as associações criassem um olhar mais crítico sobre o governo municipal, independente do político ou partido que estivesse no cargo. Também revela o nível da organização popular que, de forma espontânea, debatia seus problemas e buscavam soluções.

Os programas criados durante o governo de Gustavo Krause (como o “Um Por Todos” e “Levante a Mão e Defenda seus Bairros”), que tinham o intuito de barrar os movimentos populares independentes, não conseguiram alcançar seus objetivos. As associações de bairro e outros movimentos sociais urbanos permaneceram ativos e funcionando de forma independente da prefeitura, levantando questões, fazendo reivindicações, buscando o debate e a solução dos problemas enfrentados nas periferias. Isso foi importante para demarcar o espaço político das organizações de bairro. Esta independência também contribuiu para o fortalecimento dos movimentos de bairro.

Organizar-se de forma independente da prefeitura não impedia que alguns líderes de associações de bairros fossem filiados a alguns partidos políticos. Em um ambiente tão politizado, como os movimentos sociais, era comum que houvesse pessoas filiadas. Em uma pesquisa promovida pela ETAPAS, em diversas comunidades do Recife, foi questionado aos moradores se eles sabiam a quais partidos os dirigentes das associações estavam filiados, o resultado foi o seguinte:

PARTIDOS POLÍTICOS AOS QUAIS OS DIRIGENTES ESTÃO FILIADOS		
Alternativa	Frequência	Porcentagem
PMDB	42	15,38%
PDS	-	-
PFL	33	12,09%
PT	3	1,10%
PTB	1	0,37%
PCB	2	0,73%
PDT	2	0,73%
PSB	-	-
PC do B	-	-
Outros	1	0,37%
Não sabe/ não respondeu	140	51,28%
Não são filiados a partidos	55	20,15%
Total de entrevistados	273	100%

Fonte: Pesquisa direta – ETAPAS, set./86. *apud* SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro:** Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988.

Observamos no quadro que a maior parte dos moradores, 51,28%, não sabe a quais partidos os dirigentes são filiados ou se eles não são filiados. Cerca de 20,15% não eram filiados a nenhum partido político, um número também considerável. Entre os



partidários, os partidos com mais filiados dos movimentos de bairro eram: PMDB, PFL, PT, PCB, PDT e PTB. O PMDB concentrava mais filiados, era o partido de oposição à ditadura com maior visibilidade no período e também era o partido de políticos populares de Pernambuco, como Jarbas Vasconcelos e Miguel Arraes.

Os movimentos de bairro possuíam uma ação política ampla, que ia além dos problemas nas comunidades, também se interessavam pela questão política a nível estadual e nacional, buscavam participar da tomada de decisões importantes dos governos municipal, estadual e nacional, almejando a ampliação da democracia.

A eleição de 1986, que elegeu Miguel Arraes (PMDB) como governador e outros políticos da Frente Popular (bloco composto por alguns partidos que fizeram oposição ao Regime Militar), contou com ampla participação e apoio popular. O jornal Folha dos Bairros entrevistou Miguel Arraes, após sua vitória nas eleições, querendo saber quais seriam as medidas prioritárias da Frente Popular e sua opinião com relação a questões nacionais, como o Plano Cruzado II (Folha dos Bairros, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 4). Em uma década de crise econômica, que afetava principalmente os mais pobres, era difícil os movimentos de bairro ficarem alheios às questões da política econômica nacional. O jornal também buscou a opinião dos líderes dos movimentos de bairros sobre o resultado da eleição. Iêda Ventura, presidente da FEACA, informou que haveria uma reunião com os representantes das associações de bairro para discutir a eleição de Arraes, só após a reunião saber-se-ia a posição da Federação com o resultado das eleições. Eronildo Cardoso, presidente da Federação Comunitária de Pernambuco – FECOPE, informou o que o órgão esperava do governo Arraes:

A Fecope espera do Governo Arraes a descentralização da administração pública, um melhor relacionamento entre autoridades e comunidades, o reconhecimento das diretorias eleitas nas entidades representativas do povo e que os governos estadual e municipal não ponham o dedo no processo interno dessas organizações populares (*Folha dos Bairros*, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 5).

Observamos que o presidente da FECOPE esperava um melhor relacionamento entre os movimentos de bairro e os governos do Estado e do município, também considerava importante o reconhecimento das diretorias eleitas nas entidades representativas do povo por parte do setor público, ou seja, que vissem os líderes populares como representantes diretos do povo e que dialogassem com eles, sem impor medidas de cima para baixo. O que nos chama mais atenção é o desejo do presidente da FECOPE de que o governo "não ponha o dedo no processo interno dessas organizações



populares", logo, não interferisse na política das associações, permitindo-as trabalharem de forma independente, com autonomia total.

O presidente do Conselho deliberativo da Federação das Associações de Moradores dos núcleos habitacionais de COHAB e Similares de Pernambuco (FEMOCO HAB), Almir de Barros, dá uma resposta semelhante à do Eronildo Cardoso, segundo Almir Barroso esperava-se que houvesse

uma maior participação das comunidades nas ações governamentais em áreas carentes e tenham voz e vez dentro do Palácio do Campo das Princesas. (...) Últimos governos a participação popular foi supérflua, de fachada, e a única secretaria que deu um pouco de acesso aos comunitários foi a do Trabalho e Ação Social (Folha dos Bairros, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 5).

Esperava-se que Arraes retomasse o costume de ouvir os representantes populares, dialogando com eles, como era no seu governo anterior ao golpe de 1964. Almir Barros ainda denuncia a participação de fachada que tiveram dos políticos anteriores. Esperava-se, de fato, uma representação mais democrática. Moacir Gomes, presidente da Assembleia dos Bairros, mostrou uma visão interessante sobre a vitória de Arraes e da Frente popular, para ele “isso pode parecer que as coisas agora possam estar às mil maravilhas, o que não é verdade” (Folha dos Bairros, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 5). A preocupação de ter elegido o grupo que recebeu o apoio dos movimentos populares era a acomodação, achar que tudo estava resolvido, ou começar a trabalhar de forma partidária. Ele frisa também que as associações devem continuar seu trabalho de reivindicação, de forma autônoma e dialogando com o governo. Moacir Gomes ainda afirma que o movimento popular organizado não permitiria tratamento isolado, queria que as reivindicações fossem tratadas em bloco (Folha dos Bairros, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 5), pois com o governo trabalhando com os movimentos de forma total, eles sairiam fortalecidos e mais reivindicações seriam atendidas.

Os movimentos de bairros também estavam atentos quanto a Constituinte. O Jornal Folha do Povo, em um editorial, mostra-se insatisfeito em relação a como o processo estava encaminhando, pois assim como as constituições anteriores, esta seria mais uma “Constituição sem povo”. A queixa dava-se porque, ao invés de uma Assembleia Constituinte, haviam formado um Congresso Constituinte, dessa forma, os movimentos sociais ficaram de fora do processo. Outra queixa era que com um Congresso Constituinte os políticos tomariam decisões que fossem de interesse deles. Outro fato era que 22 senadores biônicos postos no cargo nas eleições de 1982 também fariam parte da



Constituinte, o que representava uma ala conservadora, ligada aos militares e sem voto popular (Folha dos Bairros, Recife, n. 2, ano I, jan./fev. 1987, p. 1).

Para minimizar a falta de participação popular na Constituinte houve um encontro entre os movimentos populares, incluindo os de bairro e alguns políticos pernambucanos da Constituinte: Maurílio Ferreira Lima, Cristina Tavares e Egídio Ferreira Lima. O encontro ocorreu no dia 13 de março de 1987, no DCE, localizado na Rua do Hospício, o encontro foi promovido pela Interentidades, Povo na Constituinte, Centro Josué de Castro e Centro Teotônio Vilela. O jornal Folha dos Bairros acompanhou o 1º encontro e divulgou a opinião dos políticos e dos líderes dos movimentos de bairro e sindicatos. Iêda Ventura, presidente da FEACA, afirmou que o órgão está debatendo a Constituinte com os populares e que a população de Casa Amarela queria que fosse aprovada uma lei de “proibido passar fome” (Folha dos Bairros, Recife, n. 3, ano I. mar. 1987, p. 3).

A opinião dos moradores revela uma realidade de fome e miséria na periferia do Recife, por isso esperava-se que a nova Constituição contribuísse para fazer do Brasil um país mais justo, menos desigual. Luiz Carlos, presidente da Associação de Moradores do Entre-Apulso, compartilha de uma opinião semelhante com a da FEACA, “os deputados Constituintes não pensam na barriga do povo, estão preocupados com as empresas que financiaram suas campanhas” (Folha dos Bairros, Recife, n. 3, ano I. mar. 1987, p. 3). Luiz Carlos também faz uma referência à fome e à situação difícil dos mais pobres ao dizer que os “deputados Constituintes não pensam na barriga do povo”. Ele também demonstrou uma descrença na Constituinte por julgar que os políticos defendiam interesses próprios. O encontro revelou a descrença de maior parte dos presentes, que julgaram a Constituinte conservadora e que os interesses das elites iriam sobressair, em detrimento dos anseios populares.

O espaço cedido para a população participar da Constituinte foi o curto período de 17 de julho a 1 de agosto, quando deveriam ser enviadas as emendas populares para a Assembleia Nacional da Constituinte, contendo no mínimo 30 mil assinaturas. Em Pernambuco, as emendas populares reivindicavam direitos para mulheres, reforma agrária, direitos dos aposentados e pensionistas da previdência social, direitos dos trabalhadores, dentre outros (Folha dos Bairros, Recife, n. 5, ano I, jun. 1987, p. 10). No dia da entrega houve uma grande passeata e festa em Brasília, o público pedia Diretas Já, para 1988, e pressionavam os congressistas a aprovarem as leis de cunho popular para assim diminuir as desigualdades do país. Vários grupos compareceram à passeata: cadeirantes, mulheres, crianças, trabalhadores, índios, agricultores e até empresários



(Folha dos Bairros, Recife, n. 6, ano I, ago. 1987, p. 11). Esta foi uma mobilização democrática, como há muito tempo não se via no país, o povo, impaciente, exigia maior participação popular na política, ou seja, mais democracia.

Cooperador ou opositor?

Como vimos, as associações de bairro tinham uma relação estreita com o Estado, ela o procurava para que assim pudessem ter seus direitos garantidos e respeitados, em alguns momentos trabalharam como opositoras, reivindicando e o criticando, em outras como parceiras, para ter suas reivindicações atendidas. Ammann (1991, p. 118) ao estudar os movimentos populares de bairro do centro-oeste fez a seguinte pergunta: “O Movimento Popular de Bairro encontra-se à instância estatal como cooperador ou como foco de oposição?”. Aqui tentamos responder a mesma pergunta, agora sob a realidade das associações de bairro do Recife.

A partir de 1978 os movimentos populares encontraram brechas no período de abertura política, novas associações de bairro começaram a surgir. Percebendo isso, o governo estadual e municipal se antecipou aos movimentos, aproximou-se e tentou criar outras formas de trabalho para as associações, na tentativa de controlá-los e evitar manifestações e protestos que poderiam afetar o governo. A prefeitura de Gustavo Krause é um exemplo disso, porém os movimentos de bairro souberam ser críticos quanto a isso e os projetos criados pela prefeitura na tentativa de concorrer com as associações de bairro independentes não se sustentaram. As associações de bairro aqui, eram opositoras ao Estado.

Com a eleição de Jarbas Vasconcelos para a prefeitura do Recife, que contou com o apoio popular, a relação entre os movimentos de bairro e o governo foi modificada. Estes movimentos passaram a atuar ao lado do Estado, pois agora ele não seria mais seu opositor. Esta situação se mostra favorável aos movimentos de bairro, mas também temerosa. Favorável pelo fato de que sendo o governo mais próximo dos interesses populares, os movimentos de bairro, possivelmente, teriam mais facilidade para o diálogo e para terem suas reivindicações atendidas. Mesmo assim, alguns se mostraram preocupados, pois esta vitória política poderia acomodar as associações, o que poderia levá-las a não agir de forma crítica perante o novo governo. Pelo que observamos, este não foi o caso durante a prefeitura de Jarbas, as associações continuaram apoiando a prefeitura, mas também analisando de forma crítica suas ações, que nem sempre saíam da forma esperada.



A expectativa gerada durante o processo de abertura política em parte foi atendida, com as eleições diretas para prefeito e governador. Os candidatos apoiados pelos movimentos sociais pernambucanos venceram e puderem pôr em prática uma forma de governo mais democrática, com mais participação popular. Porém, na esfera federal essa participação popular ainda estava longe de ser alcançada, apesar de diversas mobilizações, como as Diretas Já e toda a discussão gerada em torno da constituinte, o que comprometia o processo democrático.

Apenas eleições livres não são o bastante para que tenhamos uma democracia de fato, neste ponto ainda temos que avançar. Uma democracia se faz com participação popular, que vai além do processo eleitoral. Esta participação sempre foi buscada pelos movimentos populares de bairro, que não apenas elegiam os governantes, mas também participavam da administração pública, dialogando com o governo quanto às suas necessidades na tentativa de garantir seus direitos.

Os movimentos populares continuam buscando e reivindicando mais democracia, em um verdadeiro “cabo de guerra” com as forças conservadoras que nunca deixaram de existir e atuar. Assim, a democracia em curtos períodos da nossa história foi mais popular, mas sempre quando parecia haver uma maior abertura, logo era diminuída novamente. E assim ainda nos encontramos.

Considerações Finais

A partir do processo de abertura política, surgiu uma grande expectativa em retomar a democracia. Muitas associações de bairros surgiram de forma espontânea, sem receio da ditadura, movidas pelas necessidades reais das comunidades. Prevendo o crescimento dessas organizações, o governo Krause (1979-1982) buscou se antecipar para que a prefeitura detivesse o poder sobre elas. Porém, as associações perceberam esta manobra e se fortaleceram através de suas contestações. Apesar das rugas com a prefeitura de Krause, as associações passaram a conquistar mais vitórias, como a posse dos terrenos dos moradores e melhorias na infraestrutura das comunidades.

As eleições de Jarbas Vasconcelos (1986-1988) para prefeito e Miguel Arraes para governador de Pernambuco (1990) foram, também, uma vitória dos movimentos populares, já que os políticos se mostraram mais abertos ao diálogo com as camadas populares. De fato, houve uma maior abertura para o diálogo com o movimento popular, que conquistou, além das melhorias dos bens público-coletivos, uma política mais



democrática, na qual conseguiram ser ouvidos pelos governantes, construindo uma administração pública mais participativa.

As associações de bairro tiveram uma estreita relação com a política e com os partidos políticos. Adentrar nas discussões políticas era uma forma das associações serem ouvidas pelo Estado e praticar a cidadania. Sua relação com o Estado variou de acordo com o momento histórico, às vezes mais próximo, sendo até mesmo aliadas, outras vezes distante, como opositoras. Contudo, os movimentos de bairro sempre foram críticos ao Estado, mesmo quando este contava com seu apoio. Muitos líderes comunitários também eram envolvidos com partidos políticos, alguns possuíam filiação, mas as associações de forma geral eram independentes, o que garantia a crítica e a contestação dessas organizações.

No Brasil, durante nosso curto período democrático, nunca houve de fato uma democracia popular, mas, sim, momentos em que houve uma maior participação popular e em outros, na sua maioria, menor. Ainda assim, mesmo sem serem convidados, as organizações populares, através dos movimentos sociais ou de iniciativas espontâneas, sempre buscaram seu espaço no palco político e as associações de bairro souberam galgar e conquistar este espaço.

Data de Submissão: 12/01/2023

Data de Aceite: 14/05/2023

Referências

“A luta pela moradia”. *Folha dos Bairros*. Janeiro/fevereiro de 1987. p. 4. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em: 26 set. 2023.

“Jarbas despachará no bairro da Boa Vista”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 16 e 17 de maio de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198605&pesq=Prefeitura%20Onos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

“Jarbas inicia no Ibura o ‘Prefeitura nos Bairros’”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198602&pesq=Prefeitura%20Onos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

“Projeto Recife é discutido”. *Folha dos Bairros*. Janeiro/fevereiro de 1987. p. 3. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em: 26 set. 2023.



AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira. Força Popular. *Jornal Pró-Federação de Casa Amarela*. Maio/junho de 1981. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em: 26 set. 2023.

Entidades Populares dos Bairros da Região Metropolitana do Recife. Recife: ETAPAS, 1985. Acervo: Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

Folha dos Bairros. Janeiro/fevereiro de 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

LUNA, Allan Cavalcante. **O discreto charme da democracia**: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

O Morro fazendo História. Recife: ETAPAS, 1994.

Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 16 e 17 de maio de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198605&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198607&PagFis=538&Pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; MONTENEGRO, Antônio Torres. **Movimento de Bairro**: Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988.